

Uma publicação do Instituto Genildo Batista

VOCÊ JÁ LEU ESSA CARTA ?



CARTA ABERTA

AO PRESIDENTE ELEITO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
AO CONGRESSO NACIONAL E À SOCIEDADE

Essa carta é tão importante que todas as pessoas deveriam tirar um tempo para dar uma lida, conversar sobre a mesma e aprofundar o conhecimento sobre o seu conteúdo.

O que está em jogo é a sua vida, de sua família, do seu município, do seu Estado e do seu país.

Com o objetivo de facilitar o entendimento das pessoas, o **INFORMA-SE, número 11** traz o conteúdo da carta, com algumas explicações...

... E em um formato que ajuda na leitura e na compreensão de todas as questões tratadas na Carta.

Leia, Divulgue e Compartilhe o INFORMA-SE - número 11

A população precisa saber para onde vai o seu dinheiro. Por que tanta miséria? Precisa cobrar de parlamentares, governantes e da justiça o respeito ao nosso país e ao seu povo!

O QUE DIZ A CARTA?

Na Carta a Auditoria Cidadã da Dívida - ACD:

1. Faz uma saudação à fala do presidente eleito, de 09 de novembro de 2022, no sentido de que não podemos ficar guardando dinheiro para pagar juros aos banqueiros. E de que devemos priorizar o pagamento da dívida social.

2. Afirma que para priorizar o pagamento da dívida social, ou seja, para atender às necessidades da população será necessário enfrentar o privilégio da chamada dívida pública.

Que os pagamentos de juros e amortizações (abatimentos) dessa dívida têm consumido mais da metade do orçamento federal executado anualmente, ou seja, mais da metade de tudo que o governo federal arrecada e gasta durante o ano.

3. Diz que a Dívida tem sido usada como justificativa para contínuas privatizações insanas e contrarreformas que retiram direitos da população, impõem sucessivos bloqueios de recursos, cortes e teto de gastos, para que sobre mais dinheiro para a dívida pública.

4. Destaca que há mais de 20 anos luta pela realização da auditoria da dívida pública, ou seja, pela análise total da dívida, com participação da sociedade. E mais, que essa ferramenta – auditoria – já foi testada de forma eficaz e eficiente em várias oportunidades. Em especial no Equador, onde uma Comissão de Auditoria da Dívida foi instituída por decreto pelo Presidente da República Rafael Correa em 2007.

5. Considera que o governo federal eleito assim como o Congresso Nacional, precisam enfrentar o privilégio da chamada dívida pública, a começar pela realização da auditoria integral da mesma. Que essa dívida tem sido um dos principais empecilhos ao desenvolvimento da sociedade e da economia brasileiras, como alertou na [Carta Aberta enviada a todos os candidatos e candidatas aos diversos cargos](#), através dos seus partidos políticos.

6. Informa que após as Eleições de outubro de 2022, enviou novo alerta a todas as pessoas eleitas e àquelas que seguiram em disputa no segundo turno. Encaminhou um documento com as [“Pautas Urgentes”](#), para se garantir o [desenvolvimento da economia e da sociedade](#). E reafirmou a necessidade de enfrentamento do Sistema da Dívida, por meio de uma auditoria integral com participação social.

Em seguida a Auditoria Cidadã da Dívida – ACD afirma que diante do agravamento da situação financeira e econômica do país, novamente apresenta a lista com as principais questões a serem enfrentadas pelo governo federal eleito e pelo Congresso Nacional.

E que o agravamento da situação se deve principalmente à elevação do gasto com juros por conta da excessiva alta da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central.

PARA ACESSAR
A CARTA COMPLETA
[CLIQUE AQUI](#)



E que questões são essas?

São contribuições baseadas em mais de duas décadas de estudo aprofundado da Auditoria Cidadã da Dívida - ACD sobre as finanças em nosso país.

A ACD as apresenta mais uma vez, na esperança de que o Governo Lula e as/os parlamentares deem a devida atenção e as ponham em prática.

Além das questões listadas, outras propostas extremamente relevantes constaram do documento “Pautas Urgentes” encaminhado a todos os eleitos e eleitas, através de seus partidos políticos

Destaca-se a necessidade de uma Reforma Tributária Justa e a atenção à Economia Ecológica, que exige a revisão completa do modelo de exploração mineral predatória e agronegócio voltado para exportação, para que essas atividades deem lugar a uma relação respeitosa para com o ambiente e economia solidária.

Leia, compreenda, divulgue, debata, pressione, pois essas questões urgentes dizem respeito à sua vida, à sua família, ao seu município, ao seu Estado e ao seu país.

E se quiser aprofundar o conteúdo da carta, é só clicar nas palavras que estão destacadas em azul

Confira a Lista das Questões Relativas ao Endividamento Público

E leia o que a Auditoria Cidadã da Dívida - ACD afirma em relação a cada uma delas

- Revogar o “teto de gastos” sociais e políticas de austeridade fiscal, instrumentos usados para garantir os privilégios da chamada dívida pública.
- Limitar as Taxas de Juros no Brasil.
- Interromper a “Bolsa-Banqueiro” doada aos bancos diariamente por meio das “Operações Compromissadas” e “Depósitos voluntários remunerados”.
- Combater a inflação mediante o enfrentamento de suas verdadeiras causas.
- Eliminar o esquema de “Securitização” na esfera pública.
- Realizar auditoria integral da dívida pública, com participação social.

ANTES DE APRESENTAR CADA QUESTÃO, A ACD TRATA SOBRE A NECESSIDADE DO ENFRENTAMENTO AO PRIVILÉGIO DA CHAMADA DÍVIDA PÚBLICA.

ENFRENTAR O PRIVILÉGIO DA CHAMADA DÍVIDA PÚBLICA

A chamada dívida pública não tem contrapartida em investimentos como o Tribunal de Contas da União - TCU declarou ao Senado Federal. Ou seja, chamam de dívida, mas não tem contrapartida (nada em troca). Os recursos financeiros (dinheiro, depósitos, títulos) dessa dívida não foram recebidos e nem investidos em benefício da população e do país.

A CPI da Dívida Pública realizada na Câmara dos Deputados em 2009/2010 revelou inúmeras ilegalidades dessa dívida.

A Auditoria Cidadã da Dívida tem comprovado a existência de diversos mecanismos financeiros que usam essa chamada dívida como um veículo para transferir dinheiro da sociedade para bancos e grandes rentistas (pessoas físicas e jurídicas que vivem de rendas, aplicações financeiras e rendimentos).

Apesar de tudo isso, como não foi realizada a necessária auditoria integral (análise completa) dessa dívida, o Brasil vive encurralado.

Tem recordes de arrecadação tributária (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais).

Tem cerca de R\$ 5 trilhões de reais em caixa (na Conta Única do Tesouro Nacional, no Banco Central, remunerando bancos, e em reservas internacionais).

Tem vultosa receita financeira decorrente da emissão de mais títulos públicos que elevam o estoque da dívida.

Todo esse dinheiro deveria estar financiando o desenvolvimento do nosso país, mas esse conjunto de recursos tem sido consumido nos gastos financeiros com a chamada dívida pública sem contrapartida (sem que se receba nada em troca).

Enquanto isso falta dinheiro para o atendimento das necessidades sociais básicas: saúde, educação, assistência, entre outras.

Universidades estão impedidas de funcionar. Órgãos públicos essenciais estão sendo desmontados e não têm funcionários suficientes. Bens públicos estão sem manutenção mínima. Servidores e servidoras públicas estão com salários sem reajuste da inflação há anos, entre inúmeros outros exemplos de escassez de recursos.

A contradição é impressionante: enquanto recursos públicos crescentes são consumidos por uma dívida sem contrapartida, faltam recursos para toda a estrutura do Estado, para atendimento aos serviços públicos essenciais e para os investimentos necessários ao desenvolvimento da economia e da sociedade.

**Por que isso acontece?
O que o Sistema da Dívida tem a ver com isso?**

O SISTEMA DA DÍVIDA ESTÁ POR TRÁS DE TUDO ISSO!

E que sistema é esse?



Auditoria Cidadã

Isso acontece devido:

À aplicação de **juros excessivos** para pagar essa chamada dívida pública; Aos **mecanismos que privilegiam os gastos com a dívida**, especialmente as políticas de **"ajuste fiscal"** (medidas econômicas que visam reduzir os gastos e limitar o papel do Estado), o chamado **"teto de gastos"** sociais e as **metas de resultado primário** (diferença entre as receitas e as despesas).

Todos esses mecanismos limitam e reduzem somente os gastos primários, ou seja, os gastos com os serviços públicos prestados à população e com o funcionamento da máquina do Estado.

O Sistema da Dívida (conjunto de privilégios legais, políticos, econômicos e financeiros) está por trás de todos esses mecanismos.

Para os gastos com a chamada dívida pública não tem teto, não tem meta, não tem ajuste fiscal. Só tem privilégios.

Isso tudo precisa ser enfrentado, revogado e substituído por metas de desenvolvimento social e econômico para garantir vida digna para todos os brasileiros e brasileiras.

Compreender o Sistema da Dívida será fundamental para esse enfrentamento. **O instrumento que permite perceber com nitidez a ilegalidade e ilegitimidade desses mecanismos, de forma documentada e respaldada é a auditoria.**

A falta desse conhecimento pode levar o governo eleito e o Congresso Nacional a decisões equivocadas acerca de novas **"âncoras ou regras fiscais"** que não servirão para enfrentar a origem dos problemas que enfrentamos.

VAMOS ÀS QUESTÕES!

REVOGAR O "TETO DE GASTOS" SOCIAIS E POLÍTICAS DE AUSTERIDADE FISCAL, INSTRUMENTOS USADOS PARA GARANTIR OS PRIVILÉGIOS DA CHAMADA DÍVIDA PÚBLICA

Países ricos e desenvolvidos praticam déficit fiscal (gastam mais do que arrecadam), pois priorizam as necessidades de investimentos sociais e econômicos que garantem geração de emprego, distribuição de renda e crescimento social e econômico.

No Brasil, o "teto de gastos" sociais foi implantado em 2016 (Emenda Constitucional - EC 95, que limita gastos com os serviços públicos e políticas sociais por 20 anos).

Além disso foram mantidas as metas de superávit (valores a serem alcançados, que fazem com que os gastos sejam menores do que a arrecadação - economia forçada).

Essas metas estão em vigor desde a década de 90, por imposição do Fundo Monetário Internacional - FMI. Essas metas foram colocadas na Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000.

Querem trocar 6 por meia dúzia! Não ao ajuste fiscal, qualquer que seja o nome que lhe deem

Recentemente, determinados setores da sociedade estão propondo nova regra fiscal que limite os gastos sociais. O objetivo é atingir determinado patamar de estoque de recursos financeiros, para garantir a “sustentabilidade” da dívida pública.

Ou seja, **querem manter o teto de gastos com outro nome ou outra forma, para que não corra risco de faltar dinheiro para pagamento da chamada dívida pública sem contrapartida.**

Todas essas políticas de ajuste fiscal (medidas de redução dos gastos sociais) já existentes e as propostas recentes geram recessão (queda da atividade econômica, desemprego, arrocho salarial, negação de direitos básicos), travam a economia e impedem o bom funcionamento do Estado.

E só têm servido para emperrar a máquina pública e sacrificar a sociedade. E para direcionar os recursos públicos para os abusivos gastos com a chamada dívida pública sem contrapartida.

Está mais do que comprovado que a dívida não tem crescido devido aos gastos sociais, mas sim devido aos diversos mecanismos financeiros que geram e aumentam a dívida pública.

CLIQUE AQUI E CONFIRA!

Exemplos de Mecanismos Financeiros que geram e aumentam a dívida pública

O **abuso das “operações compromissadas”** e os **“depósitos voluntários remunerados”**, mediante os quais o Banco Central enxuga o dinheiro que devia estar em circulação. E garante a remuneração diária da sobra de caixa dos bancos à custa do orçamento público, ou seja, do dinheiro da população.

Os **escandalosos swaps cambiais**, um jogo de apostas, mediante o qual o Banco Central garante a variação do dólar a investidores sigilosos. Ou seja, se o investidor apostou que o dólar vai subir e ele subiu, o banco paga a diferença para o apostador e o país fica com o prejuízo. **E quem é que faz o dólar subir e descer? Eles próprios, em nome do tal mercado!**

As **altíssimas taxas básicas de juros** (que constituem o principal fator de crescimento da dívida), entre vários outros mecanismos.

[As nocivas políticas de ajuste fiscal não exercem controle algum sobre esses mecanismos financeiros que alimentam o Sistema da Dívida e são os verdadeiros responsáveis pelo rombo das contas públicas.](#)

Por essa razão, tais políticas de ajuste fiscal precisam ser revogadas e o controle do gasto precisa passar a ser exercido onde está descontrolado, ou seja, o gasto financeiro com juros e amortizações da chamada dívida sem contrapartida.

É o gasto com essa dívida o responsável por históricos déficits nominais (despesas maiores que as receitas, incluindo-se os juros nominais, juros contratados sobre a dívida interna e externa).

LIMITAR AS TAXAS DE JUROS NO BRASIL



Em quase 80 países há a limitação de juros. Que a lei no Brasil seja aprovada!
(arte: Auditoria Cidadã da Dívida)

Sob a falsa justificativa de combater inflação (que não se reduz com alta de juros no Brasil), o Banco Central elevou a taxa básica de juros de 2 para 13,75% ao ano.

Assim aumentou o gasto com juros da dívida pública em cerca de R\$ 410 bilhões ao ano (aumento de 34,9 bilhões de reais a cada 1% de elevação da Selic), sem a menor preocupação acerca da fonte de recursos para cobrir esse gasto.

As taxas de juros praticadas no Brasil são abusivas.

O Japão aplica a taxa negativa de -0,1 por cento ao ano há anos; a Europa pratica 2% ao ano, e os Estados Unidos recentemente elevaram a taxa básica para o intervalo de 3,75% a 4% ao ano, mas esta ficou próxima de zero desde a crise de 2007.

De acordo com o próprio Banco Central do Brasil, 76 países praticam limite de juros, enquanto aqui temos taxas de crédito rotativo que superam 1.000% ao ano.

A ganância do mercado financeiro não tem limite, por essa razão, o limite dos juros tem que estar estabelecido em lei.

A Auditoria Cidadã da Dívida - ACD, juntamente com o Observatório de Finanças da Comissão Brasileira Justiça e Paz (organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB) e dezenas de entidades da sociedade civil apresentaram proposta legislativa ao Congresso Nacional.

A proposta foi acatada e já tramita na Câmara dos Deputados como **PLP 104/2022**. Esse projeto limita as taxas de juros de quaisquer operações de empréstimo ao dobro da Taxa Selic ou 12% ao ano, o que for menor.

Os juros são o principal fator de crescimento da dívida pública em todas as esferas (federal, estadual e municipal). São a principal causa da falência de empresas. Agravam o preocupante processo de desindustrialização, e afetam a maioria das famílias brasileiras. Segundo pesquisa recentemente divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 80% das famílias brasileiras estão endividadas e desesperadas, pagando a mesma dívida várias vezes por causa dos juros abusivos.

A Auditoria Cidadã da Dívida faz um apelo aos deputados, deputadas, senadores e senadoras: “Precisamos do apoio de Vossas Excelências para a urgente aprovação do PLP 104/2022, sem alterações, para que o limite de juros esteja contemplado em lei, virando a página da inaceitável usura que tem sido praticada contra a sociedade e a economia do país”.

Participe da campanha pelo Limite dos Juros no Brasil
[CLIQUE AQUI e acesse tudo sobre a Campanha](#)

Para pagar "bolsa banqueiro" não precisa de PEC, mas para garantir o **bolsa família** aos mais necessitados...



INTERROMPER A "BOLSA-BANQUEIRO" DOADA AOS BANCOS DIARIAMENTE POR MEIO DAS "OPERAÇÕES COMPROMISSADAS" E "DEPÓSITOS VOLUNTÁRIOS REMUNERADOS"

O Banco Central tem remunerado escandalosamente a sobra de caixa dos bancos diariamente, no patamar da taxa Selic (taxa básica de juros), com graves danos à economia do país e às finanças públicas.

Essa operação gera falsa escassez de moeda na economia, pois a poupança da sociedade que está depositada ou aplicada nos bancos (1,247 trilhão de reais em outubro/2022) fica esterilizada (parada, inútil) no Banco Central, rendendo juros somente aos bancos.

Além de elevar o estoque da dívida e provocar rombo aos cofres públicos, essa verdadeira Bolsa-banqueiro eleva brutalmente os juros de mercado.

É que os bancos somente se dispõem a emprestar às pessoas e empresas a juros muito altos. Preferem depositar no Banco Central e serem pagos por isso. Deste modo, travam a economia, provocam inflação, levam as micro, pequenas e médias empresas à falência.

Além disso, estimulam o endividamento acentuado das empresas e famílias devido aos juros de mercado extorsivos (juros abusivos praticados nas diversas operações de crédito, como empréstimo pessoal, empréstimo consignado, cartão de crédito, financiamento etc.).

Portanto o PLP 104/2022, que limita os juros, visa impedir também essa nociva e injustificada remuneração diária aos bancos, sobre recursos que nem pertencem a eles.

A aprovação desse projeto de lei complementar será de fundamental importância para a economia do país e para toda a sociedade, por isso a ACD conta com o empenho dos/das parlamentares para sua aprovação.

A ACD destaca, também, que [o Banco Central deve explicações ao Congresso Nacional e ao governo eleito acerca das justificativas para a manutenção dessa operação parasita, que tem provocado imensos danos a toda a economia do país – tanto ao setor público como privado – ainda mais em decorrência da injustificada elevação da taxa Selic para patamares insustentáveis. Por isso a ACD reivindica a realização da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Banco Central.](#)

COMBATER A INFLAÇÃO MEDIANTE O ENFRENTAMENTO DE SUAS VERDADEIRAS CAUSAS

A taxa básica de juros SELIC tem sido elevada a patamares absurdos pelo Banco Central sob a falsa justificativa de combater inflação. Mas, no Brasil a inflação é causada pela elevação dos preços administrados pelo próprio governo (combustíveis, energia etc.). E pelo aumento dos preços de alimentos (devido a erros de políticas agrícola e agrária). Estes preços não se reduzem com a alta nos juros.

A elevação da taxa básica de juros pelo Banco Central só tem aprofundado o problema, pois impacta todas as demais taxas de juros praticadas no país. Afeta o setor público (aumento da dívida pública) e trava toda a economia do país. Pois, o juro alto eleva o custo das empresas e inibe novos investimentos que poderiam gerar empregos e aumentar a oferta de produtos e serviços. E aumenta o endividamento das famílias, prejudica a sua capacidade de consumo e a virtuosa circulação de dinheiro na economia.

É preciso enfrentar as verdadeiras causas da inflação verificada no Brasil, nitidamente provocada pela absurda elevação do preço de combustíveis, devido ao chamado “Preço de Paridade de Importação” introduzido na Petrobras desde 2016.

A elevação do preço dos combustíveis provoca elevação em cadeia de todos os demais produtos e serviços. Gera inflação que pode ser perfeitamente evitada, pois podemos produzir todo o combustível que consumimos, a preços muito menores.

Adicionalmente, temos todas as condições para garantir segurança alimentar de qualidade e a preços baixos (garantia de alimentos e do acesso das pessoas aos mesmos, em quantidade e qualidade suficientes do ponto de vista nutricional), desde que sejam adotadas políticas agrícolas e agrárias que priorizem a agricultura familiar e solidária, a reforma agrária, a acumulação de estoques reguladores e o apoio a canais alternativos de comercialização direta, como as feiras livres, entre outras medidas perfeitamente viáveis.

Essas verdadeiras causas da inflação não têm sido enfrentadas.

Elas prejudicam gravemente a economia e a população, que é penalizada duplamente: com a alta dos preços e com a elevação dos juros pelo Banco Central.

Por isso, para controlar a inflação, é urgente que o governo eleito e o Congresso Nacional enfrentem as suas verdadeiras causas.

Isso será fundamental para evitar que o Banco Central siga usando essa falsa justificativa para a alta de juros, que não tem efeito algum sobre o controle dos preços administrados e de alimentos. Mas tem elevado os gastos com a dívida pública e desarranjado toda a economia do país.

Para entender o que é o Preço de Paridade de Importação - PPI, quem ganha com ele, enquanto a população padece com a gasolina, o gás e o diesel nas alturas

CLIQUE AQUI



ELIMINAR O ESQUEMA DE “SECURITIZAÇÃO” NA ESFERA PÚBLICA



A geração de dívida pública por meio da engenharia financeira da “Securitização” tem invadido a esfera pública como um modelo de negócios fraudulento que vincula e desvia recursos públicos que sequer alcançam os orçamentos dos entes federados (municípios, Estados, Distrito Federal, União). Funciona como uma espécie de consignado de recursos públicos.

O banqueiro/investidor empresta ilegalmente o dinheiro, com custos da operação e juros abusivos e tem como garantia a arrecadação do ente que recebeu o empréstimo. Assim, **o dinheiro pago pelos/pelas contribuintes ao invés de ir direto para os cofres públicos, vai para uma conta vinculada, administrada pelo banqueiro que emprestou o dinheiro.**

Através desse esquema, investidores privilegiados se apropriam de recursos públicos que sequer são contabilizados pelo ente federado, ou seja, o desvio acontece por fora dos controles orçamentários: uma fraude.

O Tesouro Nacional tem incentivado estados submetidos ao denominado “Regime de Recuperação Fiscal” a adotarem esse esquema, o que é inaceitável.

As Leis Complementares 173/2020 e 178/2021, aprovadas sem o devido debate durante a pandemia, abrem a possibilidade de “securitização de dívidas” dos entes federados, contrariando o Art. 167, IV da Constituição.

É urgente interromper esse esquema, tal como fez o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE-MG.

E revogar os dispositivos inconstitucionais acerca de “securitização” inseridos nas Leis Complementares 173/2020 e 178/2021.

REALIZAR AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA, COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL



A realização da auditoria da dívida pública, com participação da sociedade é fundamental, para que se tenha a necessária transparência sobre o maior gasto do orçamento federal.

Ou seja, o gasto com juros e amortizações da dívida, que consome, todo ano, a maior fatia das despesas federais. E compromete também as finanças de estados e municípios.

A auditoria pode ser realizada no âmbito do Poder Legislativo, como prevê a Constituição Federal - CF/88, artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. **E, também, no âmbito do Poder Executivo**, como a exitosa experiência colocada em prática no Equador, com excelentes resultados para o país.

A realização da auditoria da dívida pública possibilita conhecimento fundamental para orientar as decisões da política econômica. E para inverter a correlação entre os gastos financeiros (que têm tratamento privilegiado e favorecem principalmente os bancos e grandes rentistas nacionais e estrangeiros) e os investimentos sociais (que não têm sido devidamente respeitados, embora toda a população brasileira tenha esse direito, conforme previsto no art. 6º da Constituição).

A auditoria é a ferramenta capaz de identificar e documentar todas as ilegalidades e ilegitimidades da dívida, como os mecanismos de política monetária já comentados.

E possibilitará importante acúmulo de forças para viabilizar o aumento significativo dos recursos para as áreas sociais. E, também, para derrubar medidas nocivas como, por exemplo, a “autonomia” do Banco Central.

[A auditoria da dívida permitirá a identificação dos detentores da dívida, separando os grandes beneficiários dos pequenos. Exemplo: os Fundos de Pensão e Tesouro Direto, que possuem pequena parcela do endividamento. Assim, o governo poderá dar o adequado tratamento às parcelas da dívida que são legítimas e às que são ilegítimas \(Clique aqui e leia o item 4 do artigo\).](#)

A identificação dos detentores de títulos da dívida pública brasileira tem sido considerada informação sigilosa no Brasil, o que fere o Princípio da Transparência ao qual devem ser submetidos todos os atos públicos.

Ademais, a dívida é pública, paga com recursos públicos, e o seu peso recai sobre o conjunto da sociedade, que arca com todo o sacrifício social e econômico de seu pagamento.

Somente a B3 (instituição financeira decorrente da transformação da empresa CETIP e sua fusão com a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) tem acesso aos nomes dos detentores de títulos públicos no país.

Isso é um desrespeito para com a população e uma desmoralização para o governo, e é mais uma pauta urgente a ser enfrentada, para que a sociedade conheça para quem paga a chamada dívida pública.

O Equador fez Auditoria da Dívida Pública, através de Decreto Presidencial

O Equador deu uma lição ao mundo todo em 2007, quando instituiu comissão para realizar auditoria integral de sua dívida pública.

A Comissão atuou no âmbito do Ministério da Fazenda, com participação da sociedade civil nacional e internacional.

Seus resultados garantiram anulação de grande parte da dívida ilegal e ilegítima, com a concordância dos detentores de títulos.

Não houve crise alguma e a auditoria permitiu significativo aumento dos investimentos sociais e longo período de governabilidade. O Presidente Rafael Correa foi reeleito em 2012, governou por um total de 10 anos e elegeu seu sucessor em 2017.

A Auditoria Cidadã da Dívida conclui a Carta ao Presidente Eleito, ao Congresso Nacional e à Sociedade da seguinte forma:

Desejando muito sucesso no exercício do mandato conquistado pelo presidente eleito e parlamentares.

E afirmando que o sucesso dependerá necessariamente do efetivo enfrentamento dos 4 eixos principais que têm sustentado o modelo econômico que atua no Brasil:

1. O Sistema da Dívida
2. A política monetária suicida praticada pelo Banco Central
3. O modelo tributário regressivo
4. O modelo de exploração do grande agronegócio e da mineração predatórios, voltados para exportação.

Afirmando ainda que este modelo é concentrador de renda e riqueza nas mãos de poucos e gerador de escassez para a maioria da população. E que para garantir vida digna para todas as pessoas e desenvolvimento social e econômico, os eixos do atual modelo econômico terão que ser enfrentados urgentemente.

Na carta assinada por sua coordenadora nacional, Maria Lucia Fattorelli, a [Auditoria Cidadã da Dívida - ACD](#) coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos e aguarda a implementação das necessárias medidas, em especial, a necessidade de realizar urgente auditoria da dívida pública, com participação social, a fim de estancar os perversos mecanismos que têm gerado dívida sem contrapartida alguma ao país ou à sociedade.

FONTE:

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-ao-presidente-eleito-luiz-inacio-lula-da-silva-ao-congresso-nacional-e-a-sociedade/>

EDIÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO:

Lujan Maria Bacelar de Miranda